

## **Guerra e Cultura: a singularidade guerreira dos lusitanos da Antiga Península Ibérica**

*Ricardo Luiz de Souza*<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde a antiguidade, a Península Ibérica sempre foi uma área muito almejada, pois contava com grandes recursos minerais e um grande potencial para a agricultura e pecuária. Dessa forma, muitos povos buscaram o seu controle ao longo da História. Todavia, desde os primeiros relatos sobre a região, o espírito belicoso de algumas povoações foi amplamente relatado nas antigas fontes clássicas. Nesse ínterim, este artigo pretende estabelecer um estudo sobre a atividade guerreira para os lusitanos da Antiga Península Ibérica, já que durante as chamadas “Guerras Lusitanas”, esse povo ofereceu uma tenaz resistência frente ao invasor romano, utilizando-se do ataque em guerrilhas, de ataques rápidos e fugas premeditadas, o que, frente a um inimigo mais armado, numeroso e preparado, tornaram-se bem táticas e bem sucedidas do ponto de vista estratégico-militar.

**Palavras-Chave:** Guerra. Lusitanos. Península Ibérica. Roma.

## **War and culture: the warrior singularity from lusitanians of the Old Iberian Peninsula**

**Abstract:** Since antiquity, the Iberian Peninsula has always been a highly sought after area, as it had great mineral resources and great potential for agriculture and livestock. In this way, many peoples have sought control over history. However, since the first reports about the region, the bellicose spirit of some villages in the region has been widely reported in ancient classical sources. In the meantime, this research intends to establish a study on the warrior activity for the Lusitanians of the Old Iberian Peninsula, since during the so-called “Lusitanian Wars”, these people offered tenacious resistance against the Roman invader, using the guerrillas attacks, of quick attacks and premeditated escapes, which, in the face of a more armed, numerous and prepared enemy, became quite successful tactics from the strategic-military point of view.

**Keywords:** War. Lusitanians. The Iberian Peninsula. Roman.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa do Mestrado Profissional em História Ibérica – PPGHI - da Universidade Federal de Alfenas-MG. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan.

## ***Introdução***

A Península Ibérica sempre foi uma área muito cobiçada durante todo o período da Antiguidade, pois contava com minas de prata, ouro, cobre e estanho. Além desses importantes recursos minerais, o território da península possuía um solo rico para o desenvolvimento agrícola de diversas culturas, visto que parte do solo possuía boa produtividade para uva, a oliveira e o trigo, além de planícies para a atividade pecuária.

Sendo assim, muitos povos buscaram o seu controle ao longo da História, tais como os gregos, os cartagineses e os romanos. Após a expulsão dos cartagineses, a região foi renomeada como *Hispania*, sendo posteriormente dividida em duas províncias pelos romanos no ano de 197 a. C: Citerior e Ulterior (Blázquez Martínez, 2011, p. 100).

Convém esclarecer que a Lusitânia só adquire uma existência definida territorialmente com o lançamento da organização administrativa romana. Geralmente, aceita-se que essa definição tenha sido criada oficialmente em 27 a.c. por Augusto, embora, do ponto de vista prático, já pudesse ser operante em épocas anteriores. Na Antiga Lusitânia, habitavam os Lusitanos, os Turdetanos, os Célticos, os Túrdulos, os Vetões, os Barbáries, os Pesuros e os Túrdulos Velhos. Dessa forma, Gomez-Fraile (2005) relaciona o quão é difícil associar com exatidão as fronteiras da antiga Lusitânia, além dos limites de ocupação de cada povo na região.

No que tange à conquista e ao desenvolvimento dos trabalhos em História Militar, os historiadores têm desenvolvido inúmeras pesquisas que aliam o uso de diversas formas de investigação, tais como o uso de fontes escritas, as imagens produzidas e a cultura material fornecida pela Arqueologia (Funari, 1995, p.25). Assim, a partir dessas novas abordagens realizadas da emergência da *Ecole des Annales*, e, conseqüentemente, a partir da emergência da Nova História, a História Militar passou a se interessar não só pelos grandes governantes, gerais e estratégias, mas também pelos aspectos culturais, sociais e econômico das guerras. Nesse sentido, este estudo pretende explorar como a guerra praticada pelos lusitanos pode ser avaliada em um contexto mais amplo, no qual as armas, os números, a logística e as táticas não são meros conjuntos deslocados, mas partes constituintes da sua cultura e sociedade.

Como as tropas lusitanas possuíam menores recursos materiais e humanos, suas táticas se reduziam a curtos combates de infantaria ligeira, com uso intenso de seus ágeis cavaleiros, evitando assim, o enfrentamento em campo aberto e as grandes batalhas. Assim sendo, predominaram as *razzias*<sup>2</sup>, táticas de guerrilhas milimetricamente orquestradas, além dos assaltos por surpresa à noite. Tal estratégia estabelecida nesses conflitos foi muito onerosa em perdas materiais e humanas para Roma, que ao final provou sua superioridade militar; porém, tal vitória só viria a custos humanos e materiais muito altos. Investigar essas características de combate desse povo é também um mergulho no presente, pois devido às proporções e à tipologia das armas de época para época, verifica-se ao longo de toda a história militar humana, e, não obstante, na atualidade, que ainda são utilizadas as táticas de guerrilha quando um corpo belicoso enfrenta outro com mais poderio bélico e humano.

Estudar os embates militares realizados na forma de guerrilhas entre os povos lusitanos e outras povoações da Península Ibérica e, posteriormente, Roma, tornam-se um grande desafio, pois há poucos historiadores dispostos a percorrer esses liames da Antiguidade da Península Ibérica. As pesquisas militares desse período situam-se no entendimento dos estudos do final do século XIX e início do século XX, pois a grande maioria das pesquisas era de caráter geral e os historiadores apresentavam algumas informações sobre o tema, sem muitos detalhes. Isso ocorria porque grande parte das investigações tinha como objetivo organizar grandes panoramas da História de Roma.

Nesse sentido, geralmente as narrativas se iniciavam na fundação de Roma e se estendiam até o declínio do Império; nesse ínterim, a história de uma diversidade de povos, etnias e culturas foi retratada no período do Império Romano como se houvesse um padrão cultural, ou ainda, que se esses povos não seguissem tal padrão civilizatório imposto pelos romanos, seriam taxados de selvagens e bárbaros.

De acordo com Funari (1995), somente a partir da ideia da “História vista de baixo”, que tem seu nascimento a partir no começo da segunda metade do século XX, é que acabam se notando algumas mudanças nesse panorama. Nesse período, surgiram

---

<sup>2</sup> As *razzias* podem ser descritas como o ajuntamento de bandos de guerreiros, com incursões rápidas e na surdina, com as quais se pretendem golpear o inimigo pegando-o desprevenido. Assim, o objetivo principal era levar a maior quantidade possível de butim, aproveitando-se do fator surpresa. A tática da *razzia* e a emboscada, como bem assinala Keeley (1996), são as formas de combate mais comuns entre as utilizadas no contexto da guerra primitiva. Trata-se de um tipo de combate que se desenvolveu entre povos da antiga *Hispania*, além de ter sido aplicado pelos galos e germanos (González García, 2007, p. 43)

muitos trabalhos que analisariam os povos “vencidos por Roma”. Por causa da dificuldade de encontrar relatos sobre o cotidiano dessas sociedades, surgiram estudos variados que recorriam ao uso de novos marcos teórico-conceituais e a dos mais diferentes tipos de fontes, como a literatura, lápides funerárias, armas, etc. Dessa forma, com o surgimento de novas formas de investigação acerca da análise dos aspectos culturais, sociais e da sociedade dos povos da antiga *Hispania*, surgem novas lacunas dentro da historiografia no que se referem aos motivos pelos quais os lusitanos praticavam a guerra, que, sem embargo, não se resumiriam em meramente econômicos. Os objetivos deste artigo são modestos, já que o mesmo não irá se adentrar em todos os meandros, fatos e características das Guerras Lusitanas, mas sim, objetiva, *a priori*, demonstrar como a atividade militar em si já era algo muito praticado pelas tribos lusitanas que habitavam a península. Para isso, utilizaremos os escritos de Diodoro de Sícula, Apiano e Fabião, importantes fontes para o estudo desse recorte histórico-temporal. Sendo assim, fundamentado nessas proposições, este escrito divide-se em três seções, estando a primeira dedicada à apresentação das Guerras Lusitanas e das visões cheias de estereótipos criados pelas fontes greco-latinas. A segunda parte abordará os aspectos socioeconômicos e culturais ligados à guerra, além de descrever como a atividade guerreira era um importante elo cultural e identitário entre os lusitanos. Nessa seção também serão abordadas as principais táticas militares utilizadas pelos lusitanos no embate contra os romanos, demonstrando que muitas das estratégias usadas e da ferocidade guerreira descritas nas fontes já eram aspectos relacionados ao cotidiano desse povo, fazendo parte da sua cultura e do cotidiano social. Por fim, nas considerações finais, como resultado pretendo demonstrar que as atividades ligadas à guerra eram peças centrais nas relações sociais, ambientais, econômicas e de sociabilidade desse povo da Antiga Península Ibérica.

#### *As Guerras Lusitanas*

As guerras marcam a história da humanidade. Elas expõem a natureza e os conflitos humanos de forma extrema e violenta. Quando começam, só é possível afirmar que muitos morrerão. As guerras transformam a história da humanidade ao longo dos milênios.

As Guerras Lusitanas foram caracterizadas pelo conflito armado entre a República Romana e os lusitanos que habitavam a *Hispania Ulterior* e foi travada em 155 a.C. - 139 a.C. Enquanto diversas outras regiões e povos caíam frente ao poderio militar romano, diversos povos da Península Ibérica ofereceram uma resistência tenaz aos romanos, já que, efetivamente, as tropas romanas consumiram quase 200 anos para conquistar definitivamente a península. Segundo Gomez-Fraire (2005), dentre essa multiplicidade de povos que habitavam a península, os lusitanos, que sob o comando do chefe Viriato, infligiram durante os anos de 147 a 139 a.C. duros combates aos romanos em diversas regiões da antiga *Hispania*. Nesse intervalo, Viriato<sup>3</sup> tornou-se chefe dos lusitanos frente à dominação do invasor romano durante essa fase das Guerras lusitanas. Segundo Sanchez Moreno (2006), estes embates tiveram início em 170 a.C, porém, seu período mais crítico e o de maior produção de fontes primárias, foram os anos em que Viriato comandou as hostes lusitanas. Assim, essa resistência feroz frente aos romanos chamou a atenção dos escritores clássicos sobre a maneira na qual os lusitanos geriam a guerra, que relatavam a grande ferocidade e o empenho militar destes povos<sup>4</sup>. Lozano (2012) salienta que é necessário analisar as fontes greco-latinas que descrevem as Guerras Lusitanas com bastante criticidade, pois as mesmas criaram a visão de que os povos da Península Ibérica pré-romana eram selvagens, bárbaros e incapazes de viver em paz. Com efeito, a visão de um Viriato como bom selvagem também foi construída, e que com características humildes, havia resistido heroicamente frente a um processo de conquista militar estrangeira. Nesse último caso, temos Viriato e os lusitanos como exemplos latentes de como as fontes greco-latinas ajudaram a criar a visão de uma heroicidade em

---

<sup>3</sup> O historiador espanhol Gomez Fraire (2005) descreve Viriato como um dos personagens com o maior número de páginas escritas na historiografia da *Hispania Antiga*, sendo o principal líder lusitano nas chamadas Guerras Lusitanas. Todavia, o autor em questão explicita que este personagem tem tido sua imagem construída ao longo dos tempos à sombra de projeções ideológicas e filosóficas. Já Sanchez Moreno (2002) apresenta que a exposição de Viriato tem sido variada com o tempo, em função do desenvolvimento de pesquisas que, segundo circunstâncias e em algumas épocas mais do que em outras, moveu-se ao ritmo de interesses doutrinários e de políticas dominantes. O autor também retrata em seu artigo que o perfil de Viriato é extremamente estereotipado e impregnado de arquétipos ideológicos nas fontes greco-latinas. Muitas dessas visões abordam Viriato como o “bom selvagem”, cristalizando no caudilho um viés heroico, de um chefe guerreiro que resistiu frente aos invasores romanos.

<sup>4</sup> Lusitanos e celtíberos gozavam de justa fama como cavaleiros, já que possuíam cavalos dotados de qualidades adequadas para mover-se com desenvoltura e segurança nas zonas montanhosas, operação que nesse terreno não podiam fazer com a mesma habilidade os famosos cavalos nômades, que, por outro lado, tinham grande utilidade nas planícies. Aníbal compreendeu bem essas características na Segunda Guerra Púnica, e soube tirar vantagem, utilizando ambas as cavalaria de modo adequado a seus respectivos terrenos (Sayas Abengochea, 1989, p. 708).

alguns personagens e momentos históricos pertencentes à conquista romana da Península Ibérica.

Entretanto, Lozano (2012) ainda chama a atenção para o fato de que não se pode analisar a guerra entre os povos ibéricos do ponto de vista dos conquistadores, ou seja, do ponto de vista das análises dos autores greco-latinos. A guerra praticada pelos povos ibéricos seguia preceitos, códigos e formas de realização totalmente distintas das realizadas pelo exército romano. Dessa maneira, classificar o bandoleirismo<sup>5</sup> e os saques como fatores endêmicos desses povos é cair em uma generalização errônea. Nesse período, Sanchez Moreno (2006) também salienta que o bandoleirismo, fenômeno tão difundido nas fontes greco-latinas, deve ser entendido com bastante criticidade, considerando que estes grupos que estão à margem do sistema, não são exclusivamente “bandoleiros” ou formados por confrarias de guerreiros em seu sentido unilateral. Essa belicosidade segue uma dinâmica própria, que possuía suas próprias premissas e eram, a *priori*, diferentes das visões apresentadas pelos conquistadores romanos. Assim, de acordo com as fontes, os lusitanos e os demais iberos são descritos como possuidores de uma extrema e irracional belicosidade. Seguindo essa linha, o uso primitivo da guerra e o atraso cultural confluem para um conceito fundamental por parte dos autores greco-latinos que, sem embargo, propagaram que estes povos eram meros grupos de bandidos, sem alguma ética ou sentimento de lealdade, sendo guiados por simples chefes “bestiais”.

#### *A guerra para o povo lusitano*

John Keegan (2006) disserta que a guerra vai além das questões econômicas, políticas e diplomáticas. A contribuição desse historiador estadunidense acerca da teoria sobre a guerra é a de pensá-la como o fenômeno anterior ao processo de formação do Estado. Dessa forma, a guerra, na concepção de Keegan (1995), seria a expressão das culturas presentes de diferentes formas nos vários povos existentes no planeta. Para ele,

---

<sup>5</sup> Para o conceito de banditismo social, Hobsbawm (2015) optou, na década de 1950, por um tipo especial de transgressor, o qual denominou bandido social. Esse bandido seria o ladrão que vivia em locais de difícil acesso, como montanhas, florestas densas e pântanos. De acordo com as análises realizadas a partir dessas diferentes obras, Hobsbawm definiu que as condições ideais para o banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do vilarejo, atuando em certa complexidade de situações locais. Nesse sentido, a base de seu argumento é a condição de rebelde primitivo inerente ao bandido social, que em outras palavras, é uma organização de protesto pré-político de origem camponesa, que se extinguiria com a industrialização.

a guerra e sua prática estão imbuídas de aspectos culturais indissociáveis. Assim, tal autor realiza uma crítica profunda em relação ao pensamento do prussiano Clausewitz, justamente porque este último, pouco considera a cultura em suas análises sobre os fenômenos envolvendo a guerra e as suas atividades relacionadas

As formas mais comuns de combate empregadas na guerra primitiva, mas pouco utilizadas na guerra formal civilizada, foram os pequenos ataques ou as emboscadas. Esses em geral buscavam fazer com que um grupo de homens penetrasse furtivamente em território inimigo para matar uma pessoa ou várias; ou, ainda, que um grupo fizesse alguma forma mais elaborada de emboscada para com outra força militar. Não obstante, é necessário inferir que o tipo de terreno influencia decisivamente na empreitada militar, pois pode atrasar um grande exército em marcha ou fazer com que seus suprimentos e a logística de abastecimento sejam desfavoráveis. Dessa forma, as guerrilhas sempre se utilizaram de “grandes rios, barreiras montanhosas, florestas densas formam “fronteiras naturais” com as quais, ao longo do tempo, as fronteiras políticas tendem a coincidir; as brechas entre elas constituem avenidas para as quais são atraídos os exércitos em marcha” (Keegan, 2006, p. 105). Esse fenômeno não foi estranho ao território da Antiga *Hispania*, já que seu interior com montanhas escarpadas, vales e florestas densas se mostraram tenazes obstáculos para os exércitos romanos em marcha.

O historiador estadunidense Keelley (2011) define que a guerra primitiva não foi uma forma pueril ou deficiente de combate armado, e sim a guerra reduzida aos seus aspectos essenciais: matar os inimigos com um mínimo de risco, negando-lhes os meios de vida por intermédio de vandalismo e roubo (até os meios de reprodução pelo sequestro de suas mulheres e crianças), aterrorizando-os de forma a levá-los à concessão de território ou a fazer com que eles abandonassem suas intrusões e agressões. Em um nível tático, o combate primitivo e sua prima, a guerra de guerrilha, apresentam-se superiores à forma dita civilizada e organizada, ou seja, a forma mais parecida com que os romanos geriam sua guerra. É o combate armado civilizado que é estilizado, ritualizado e relativamente menos perigoso. “Quando soldados lutam contra guerreiros (ou guerrilheiros), são precisamente essas técnicas civilizadas “decorativas” e a sua parafernália que precisam ser abandonadas por eles se quiserem derrotar aqueles. Mesmo tal mudança pode ser insuficiente, e os guerreiros nativos precisam ser cooptados e induzidos a substituir os soldados inadequados antes que a vitória seja alcançada por aqueles” (Keeley, 2011, p. 338-339).

De Francisco Heredero (2012) apresenta que a guerra possuía um sentido religioso para o povo lusitano, e não se caracterizava somente como uma forma de conseguir glória e prosperidade, mas também seria um elo de identidade e um ato ritualístico significativo. Nesse sentido, portanto, os dados sobre o armamento nos vêm a confirmar o tipo de guerra que, de acordo com as fontes antigas, se praticava nessas regiões: emboscadas<sup>6</sup>, ataques por surpresa, incursões rápidas sobre o inimigo, aproveitando-se dessa ligeireza e agilidade com a qual os autores antigos caracterizavam esses guerreiros. Tratam-se, portanto, de ações típicas de bandos de guerrilheiros, de incursões rápidas e feitas de assalto tipo *raid* ou *razzia*, com as quais se pretendia golpear o inimigo pegando-o desprevenido, com o objetivo de levar a maior quantidade possível de butim, aproveitava-se precisamente do fator surpresa, utilizando-se de fugas rápidas e premeditadas, para causar confusão no inimigo que ficaria atordoado sem saber para onde as tropas fugiram<sup>7</sup> (González Garcia, 2007, p. 43).

Lozano (2016) descreve que em função da existência e operação de comunidades de guerreiros como uma verdadeira instituição econômica militar dos povos dessa região. A guerra praticada pelas povoações antigas da península pode ser aproximada da concepção de *männerbünde*, que tem sido um conceito definido como o de “confrarias” ou comunidades de guerreiros jovens. Estas confrarias, uma vez formadas, criavam elos de identificação grupal e desenvolviam conteúdos culturais próprios<sup>8</sup>. Acerca disso, podemos usar os escritos clássicos de Diodoro:

Diodoro (V, 34, 6): Existe una costumbre muy típica entre los iberos y, en especial, entre los lusitanos que consiste en que cuando los jóvenes alcanzan el esplendor de su fuerza física, aquellos de entre ellos más pobres en bienes terrenales, pero destacados por su vigor corporal y su osadía, se reúnen,

---

<sup>6</sup> Estrabão III, 3, 6: “Diz-se que os Lusitanos são dados a emboscadas, à espionagem, que são vivos, ligeiros, bons em manobras. Têm um escudo pequeno de dois pés de diâmetro, côncavo na frente, preso [ao corpo] por correias, pois não têm manilhas nem outro tipo de pegas. Têm também um punhal ou um cutelo. A maior parte usa couraças de linho; alguns, porém, usam-nas de malha e elmos de três penachos, mas os restantes, elmos feitos de tendões. E os de infantaria têm também némides e vários dardos cada um; uns quantos usam ainda uma lança (as pontas são de bronze)” tradução de DESERTO & PEREIRA, 2016.

<sup>7</sup> Acerca da estratégia usada por Viriato, Apiano assim descreve: “Alinhou-os todos em formação de combate, e ordenou que, quando ele montasse a cavalo, dispersassem em todas as direções e fugissem, o melhor que pudessem, por caminhos diversos, para a cidade de Tríbola, esperando aí por ele. Escolhendo apenas mil homens, ordenou-lhe que ficassem junto de si”. (Apiano, 62).

<sup>8</sup> Neste sentido, as *männerbünde* podem ser assim definidas como uma série de “confrarias” de jovens guerreiros, de origens indefinidamente arcaicas, das quais, em certas sociedades, teriam surgido as figuras individuais de autoridade - como no caso de Viriato para com os lusitanos -, atuando como um círculo originário das elites guerreiras (Lozano, 2012, p. 67).

pertrechados exclusivamente con su valor y sus armas, en las zonas más seguras de los montes, donde forman bandas de un tamaño considerable y recorren Iberia acumulando riquezas mediante el pillaje<sup>9</sup>.

Segundo Sánchez Moreno (2002), a atividade guerreira para os lusitanos da Antiga Península Ibérica pode ser entendida como algo complexo, sendo alicerçada em uma teia de relações sociais com as quais os indivíduos vão criando laços conectivos e hierarquias. Essas relações são produzidas devido à forma de como a guerra é realizada e dos recursos que ela procura adquirir, que no caso eram os espólios de guerra provenientes de um ataque a outras regiões (Sánchez Moreno, 2002, p. 150).

Contudo, De Francisco Heredero (2012) também chama a atenção para a intensa importância ritual dada para as armas<sup>10</sup>, que contavam uma significação que não tange somente ao seu uso prático, mas também ao seu uso religioso. A existência de armas em depósitos funerários denota a importância desses materiais como o símbolo de uma sociedade que se considerava guerreira por si só. Todavia, Lozano (2012), ainda descreve que o modelo de comunidades guerreiras pode ter contribuído para o desenvolvimento da campanha da conquista romana na *Hispania*, levantando um novo sentido para a natureza do combate dessas tribos quando se depararam com as hostes romanas, alterando as relações guerreiras que eram estabelecidas entre os povos peninsulares. Assim, o progressivo avanço romano não somente estava introduzindo uma força militar nova e superior no extenso mosaico sociocultural da Península Ibérica, como também estava desagregando as áreas da atividade dessas comunidades guerreiras, decompondo o sentido cultural que bandos armados possuíam em suas áreas de exploração. Com os crescentes choques bélicos entre essas hostes e os romanos, a perspectiva romana era de adotar uma guerra generalizada, o que era algo que estes grupos militares peninsulares desconheciam. De Francisco Heredero (2012) disserta que as dimensões religiosas da

---

<sup>9</sup> Diodoro (V, 34, 6) “Existe um costume muito típico entre os iberos e, em especial, entre os lusitanos que consiste quando os jovens alcançam o esplendor de sua força física, aqueles entre eles que eram os mais pobres em bens materiais, mas destacados por seu vigor corporal e sua ousadia, se reúnem, perpetrados exclusivamente com seu valor e suas armas, nas zonas mais seguras dos montes, onde formam bandas de um tamanho considerável e recorrem a Ibéria acumulando riquezas mediante a pilhagem (Tradução nossa)”

<sup>10</sup> Quesada Sanz descreve que o mundo ibérico da época em que tratamos conta com uma aristocracia com um forte componente guerreiro. Essa aristocracia se reflete, entre outras coisas, na composição dos enfeites das sepulturas, na qual o armamento possui um importantíssimo papel, o da construção de monumentos funerários. O autor defende a hipótese de que houve provavelmente um desprezo ou menosprezo consciente do arco, pois seria uma arma pouca nobre, traidora e efeminada. O autor sustenta sua hipótese a partir de uma escassa ou nula utilização do arco na guerra na caça e, sem embargo, na ausência de pontas de flechas nos túmulos funerários e das outras representações da “arte” ibérica. (Sanz, 1989, p. 193).

guerra provavelmente tenham aumentado com o crescimento sistemático do conflito contra Roma. Nesse ínterim, a narração de episódios que chamaram a atenção das fontes greco-latinas contribuiu para que o caráter guerreiro dos celtibéricos e lusitanos fosse mitificado.

Em relação à atividade guerreira, o historiador português Jorge de Alarcão (2001) chama a atenção para que possamos enxergar a guerra que os lusitanos perpetravam não somente como uma necessidade económica, mas também sob o ponto de vista psicológico. Assim, segundo esse autor, existia uma necessidade para que o jovem guerreiro lusitano demonstrasse valores como a valentia, a destreza e a astúcia perante o seu grupo. Este artifício funcionaria, em especial, como uma espécie de rito de iniciação e aceitação cultural perante toda comunidade, possuindo, simbolicamente, o sentido de fazer a transição do jovem para a idade adulta. Assim, a valentia uma vez demonstrada na ação militar, nos saques ou nos campos de batalha, seria confirmada como uma afirmação perante os outros companheiros de combate ou a sua comunidade:

Aquilo que os *Lusitani* pretendiam ser — valentes —, só na relação com os outros, através da guerra, se realizaria. Se mesmo em níveis mais elevados de civilização e de capacidade de autorreflexão não há prioridade da imagem que de nós nos fazemos sobre aquela que os outros de nós fazem, os *Lusitani* necessitariam de ouvir, dos outros: “Os *Lusitani* são valentes”. A valentia, enquanto valor ético, é o que tem de ser, mas não existe enquanto não for consubstanciado ou concretizado em actos de bravura. Ora no ataque, realizando-se como valente, o homem sentir-se-ia coincidente com o ideal que a si mesmo se propunha, e a si se transcendia, aproximando-se do modelo ético que era o seu. O ser que cada um pretendia ser não sendo dado (não se sendo valente como se é loiro ou ruivo), o ser se conquistava ou se fazia por actos de bravura prática (De Alarcão, 2001, p. 340-341).

Sem embargo, Sánchez Moreno (2005) ainda descreve que a guerra praticada pelos povos lusitanos possibilitava a criação de um sistema de distribuição de presentes e das presas de guerra, que tinha o objetivo, *a priori*, de criar um sistema que buscava regular os laços de dependência e reciprocidade no seio das populações em transformação, já que as mesmas viviam com fortes sinais de desigualdade social. Dessa forma, a guerra também se caracterizava como um complexo mecanismo que entre outras coisas, conferia prestígio político, promoção social e riqueza aos chefes militares, que são os principais beneficiários desse sistema. A guerra alimenta um sistema que criava uma distribuição de riquezas a partir de um ponto central, nesse caso o chefe militar. Assim, os presentes oferecidos aos demais guerreiros vão criando laços de dependência e reciprocidade, criando, nesse momento, uma forte hierarquização interna.

Todavia, sem diminuir a importância dos aspectos econômicos, Sánchez Moreno também atribui que para significativas parcelas sociais da Península Ibérica da Antiguidade que eram excluídas do acesso à terra e a seus frutos, restava a guerra e o bandoleirismo como forma de assegurar a manutenção de suas vidas. No entanto, para Abengochea (1989) as desigualdades sociais que afetavam as tribos do interior peninsular constituíam a causa principal e a mais importante para o estabelecimento e generalização da rapinagem entre os antigos hispânicos. O bandoleirismo difundido entre os povos do interior do território peninsular, assim como a presença de mercenários hispânicos em vários exércitos da Antiguidade pode ser explicado devido à incidência de constrangimentos de caráter econômico e social, que se abatiam sobre boa parte das populações hispânicas. Assim, de acordo com Sayas Abengochea (1989), o bandoleirismo lusitano era um fenômeno que, sem ser exclusivo deste povo, alcançou nele grande significação. Dessa forma, o autor também discute que este fenômeno dentro da comunidade lusitana não pode ser considerado nem como totalmente familiar, nem como totalmente tribal, mas é certo que a chegada dos romanos potencializou o crescimento de diferenças econômicas, já que a República Romana, uma vez utilizando-se da imposição de seus esquemas econômicos, contribuiu para acentuar o bandoleirismo ainda mais, fazendo com que os mesmos se rebelassem contra o invasor.

Assim sendo, muito antes da invasão de Roma na Lusitânia, as *razzias*, saques e pilhagens já eram um procedimento a serviço de algumas elites regionais, pois essas aristocracias se usavam de tais artifícios para reforçar seus direitos e exercer sua autoridade, apoiando-se no uso das armas. A posse de bens - em especial os rebanhos -, obtidos a partir de saques, conferia poder a certo líder, que não deixava também de se utilizar do seu carisma, combatividade e generosidade para agregar mais soldados para sua causa. Dessa maneira, na sociedade lusitana, o triunfo guerreiro dá margem à construção de um mecanismo de redistribuição das recompensas em função do seu valor na batalha e da sua posição social na comunidade. Essa sociedade acostumada ao conflito e à luta armada contribuiria para a resistência frente ao invasor romano de forma muitas vezes decisiva.

Dessa forma, na sociedade lusitana o triunfo guerreiro dá margem à constituição de uma prática de redistribuição das recompensas em função do seu valor na batalha e da sua posição social na comunidade. Outro fundamento de poder nas sociedades do

Ocidente Ibérico era as redes de hospitalidade e as alianças interregionais entre os chefes. Portanto, de acordo com Sánchez Moreno (2006), a guerra para os lusitanos ainda pode ser definida como uma fonte legitimadora de poder, plataforma jurídica e como um meio ritual. Através dela se ingressa na idade adulta, se ganham direitos, cargos e prestígio. Integram-se fortunas na comunidade. Estabelecem-se laços e alianças. Colonizam-se territórios. Nivelam-se ritmos demográficos. Obtêm-se horizontes. E se modela, por fim, uma *virtus* heroica que tem seu reflexo na religião e mitos de seus celebrantes. Na realidade, existe algo muito diferente à ideia de marginalidade que consigna as fontes para os bandoleiros lusitanos, cujo comando foi conferido ao chefe Viriato.

### *Considerações finais*

O presente artigo teve por objetivo principal expor como a atividade guerreira era uma das principais dimensões culturais dos lusitanos. O artigo abordou como a guerra para este povo da Antiga Península Ibérica era uma das principais singularidades. Os lusitanos foram amplamente descritos nas antigas fontes greco-latinas devido à ferocidade e a “selvageria” que apresentavam no combate. Durante as Guerras Lusitanas (155-139 a.C)), liderados em boa parte do conflito por Viriato, infligiram pesadas derrotas nos exércitos republicanos romanos. Dentro

Em nossos estudos, percebemos que os lusitanos utilizaram de métodos de praticar a guerra aos quais já eram acostumadas. As táticas de uso de ataque em guerrilhas, de assaltos rápidos e fugas premeditadas já eram amplamente utilizadas pelos lusitanos no cotidiano, sejam elas motivadas por fatores sociais, culturais ou econômicos.

Culturalmente, pode-se inferir que guerra praticada pelos lusitanos pode ainda ser definida como uma fonte legitimadora de poder local e como um ritual em si mesma. Através da atividade guerreira, o jovem lusitano ingressava na idade adulta ou, algum outro guerreiro que se destacasse em determinada peleja, desenvolvia mais prestígio e *status quo* dentro da comunidade. Sem embargo, a atividade bélica também era uma fonte para a aquisição de recursos materiais, importantes para a manutenção do indivíduo e da comunidade.

## Referências bibliográficas

### *Fontes Primárias*

#### *Apiano*

BELLUM IBERICUM, Ed. e Trad. em A. Schulten, Las guerras de 154-72 a. de J.C., Fontes Hispaniae Antiquae, IV, Barcelona, 1937; Trad. A. Sancho, La guerra de Espana, Ed. Gredos, Madrid, 1980.

#### *Estrabão:*

DESERTO, Jorge; PEREIRA & Susana da Hora Marques. Estrabão. Geografia. Livro III: Introdução, tradução do grego e notas. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2016.

#### *Diodoro Sículo:*

BIBLIOTHECA HISTÓRICA .Ed. The Loeb Classical Library, Cambridge, Harvard University Press, 1979-82; Trad. J. Lens e J. García González, Editorial Clásica, Madrid, 1995.

### *Bibliografia Crítica*

BLÁZQUEZ MARTINEZ, José Maria. **Historia económica de España en la antigüedad**. Madrid: Real Academia de la História, 2011.

DE ALARCÃO, Jorge. **Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)**. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, 2001.

DE FRANCISCO HEREDERO, Ana. **A propósito de las" Armas de la Antigua Iberia"**. Gerión. *Revista de Historia Antigua*, v. 29, n. 2, p. 41-53, 2011..

DE FRANCISCO HEREDERO, Ana. **Guerra y ritual en el mundo celtibérico**. ArqueoUCA: Revista Digital Científica Independiente de Arqueología, Madrid, n.º 2, p. 49-63, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica: A História e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

GARCÍA, Francisco Javier González. **El noroeste de la península ibérica en la Edad del Hierro: ¿ una sociedad pacífica?**. Cuadernos de Estudios Gallegos, Santiago de Compostela, v. 53, n. 119, p. 131-155, 2007.

GENZOR, Gabriel Sopena. **Acerca de la amputación de la mano diestra como práctica simbólica: el caso de Hispania en época de las guerras celtibérico-lusitanas**. Saldvie: Estudios de prehistoria y arqueología, n. 8, p. 271-286, 2008.

GÓMEZ ESPELOSÍN, F. Javier. **La imagen del bárbaro en Apiano. La adaptabilidad de un modelo teórico**. Habis, Sevilla, 24, 105-124, 1993.

GÓMEZ FRAILE, José María. **"Precisiones sobre el escenario geográfico de las guerras lusitanas (155-136 ac). A propósito de la presencia de Viriato en Carpetania."** *Habis*, Sevilla, nº 36, p. 125-144.. 2005

GONZÁLEZ GARCÍA, Francisco Javier. **La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial.** SEMATA, Ciências Sociais e Humanidades, ISSN 1137-9669, vol. 19, p. 21-64, 2007.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos. **Viriato: Genealogia de um Mito. Penélope: revista de história e ciências sociais.** Lisboa, n. 8, p. 9-24, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos.** Trad. De Donaldson M. Carschagen, 5ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra.** Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEELY, Lawrence H.. **A Guerra antes da civilização: o mito do bom selvagem.** Trad. De Fabio Faria. São Paulo: Realizações Editora. 2011.

SÁNCHEZ MORENO, Eduardo. **Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania prerromana:" Viriato, jefe redistributivo (I).** *Habis*, Sevilla, nº 32, p. 149-169, 2001.

\_\_\_\_\_. **Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania prerromana: Viriato, jefe redistributivo (II).** *Habis*, Sevilla, nº 33, p. 141-174, 2002.

\_\_\_\_\_. **DURÁN, Tomás Aguilera. Bárbaros y vencidos, los otros en la conquista romana de Hispania: notas para una deconstrucción historiográfica.** In: *Debita verba: estudios en homenaje al profesor Julio Mangas Manjarrés.* Ediciones de la Universidad de Oviedo.p. 225-244, 2013

\_\_\_\_\_. **Ex pastore latro, ex latrone dux...'Medioambiente, guerra y poder en el Occidente de Iberia.** *Bar International Series*, Oxford, v. 1530, p. 55-71, 2006

\_\_\_\_\_. **Imperialismo romano y resistencia hispana. Viriato como paradigma.** In: *Veinticinco estampas de la España antigua cincuenta años después (1967-2017): en torno a la obra de Antonio García y Bellido y su actualización científica.* Editorial Universidad de Sevilla, p. 197-222, 2019.

\_\_\_\_\_. **Revisitando un topos: algunas notas sobre el bandolerismo lusitano (y el imperium de Roma).** ISIMU. *Revista sobre Oriente Próximo y Egipto en la antigüedad*, Madrid, 2016.

QUESADA SANZ, Fernando. **Armas de la antigua Iberia. De Tartesos a Numancia. La Esfera de Los Libros, Madrid, 2010.**

\_\_\_\_\_. **La utilización del arco y las flechas en la cultura ibérica. Trabajos de Prehistoria**, v. 46, Madrid, 1989.

SAYAS ABENGOCHEA, Juan José. **El bandolerismo lusitano y la falta de tierras**. Espacio Tiempo y Forma. Serie IV, Historia Moderna, Madrid, n. 1, p. 701-714, 1988.

SCHULTEN, Adolf. **Viriato**. Madrid: Real Academia de Historia. 1920.